



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

## TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0012159-67.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes do Sistema Nacional de Armas**  
 Documento de Origem: **CF, OF, BO, IP-Flagr. - 3834/2016 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO, 1928/2016 - 2º Distrito Policial de São Carlos, 3835/2016 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO, 310/2016 - 2º Distrito Policial de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **OSVALDO CRISTIAN ERNESTO DE OLIVEIRA e outro**

Aos 27 de março de 2017, às 14:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeada, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Luiz Carlos Santos Oliveira, Promotor de Justiça, bem como dos réus **OSVALDO CRISTIAN ERNESTO DE OLIVEIRA e IZAQUE APARECIDO MIGUEL**, o segundo devidamente escoltado, ambos acompanhados da Dra. Amanda Grazielli Cassiano Diaz, Defensora Pública. Iniciados os trabalhos foram inquiridas as testemunhas de acusação Fabiano Ricardo da Costa e Cláudia de Jesus Ernesto, em termos apartados. Ausente a testemunha comum João Sakadauskas, policial em férias. As partes desistiram da oitiva desta testemunha. O MM. Juiz homologou as desistências e passou a interrogar os acusados, o que foi feito também em termos apartados. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: A ação penal deve ser julgada parcialmente procedente. O crime de posse de arma de numeração suprimida, não pode ser reconhecido uma vez que o laudo pericial comprovou que a arma não estava apta para efetuar disparos. Todavia, remanesce o crime do artigo 12, uma vez que a denúncia também imputa aos réus o fato de possuírem arma bem como a munição. Quanto à munição eram cinco cartuchos, que segundo o laudo mostraram-se aptos para a realização de disparos. Este fato, ou seja, posse de munição, está expressamente contido na denúncia, não havendo necessidade de aditamento. Quanto à autoria de posse de munição a condenação deve recair apenas ao réu Izaque, uma vez que, em que pese o depoimento do policial militar, dizendo que o acusado Osvaldo admitiu a posse, este réu, desde a fase policial, já disse que foi surpreendido com a apreensão do revólver sob o seu colchão. O painel probatório se mostra apto para que se conclua que é possível que o réu Osvaldo não soubesse da arma e da munição em sua casa, diante da confissão do réu Izaque e das relações de amizade entre ambos. Embora desclassificado para posse de munição, não é possível a suspensão condicional do processo uma vez que o réu Izaque responde a outros processos, Isto posto, requeiro a absolvição do réu Osvaldo e a condenação do réu Izaque pelo artigo 12 da Lei 10826/03, podendo a pena privativa de liberdade ser substituída por pena restritiva de direito. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz: A Defesa ratifica o pedido de absolvição em relação ao réu Osvaldo, insistindo na absolvição do mesmo porque efetivamente ignorava sobre a existência da arma com a munição escondida sob o colchão. Requer-se também a absolvição do réu Izaque tendo em vista que o laudo pericial comprovou que a arma não estava apta para realizar disparos e portanto os cartuchos que a acompanhavam também não poderiam causar qualquer risco a incolumidade pública que é o bem jurídico tutelado pela norma do artigo 16 da Lei 10826/03. Não sendo este o entendimento acompanha os pedidos acerca da pena formulados pelo Ministério Público. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

## COMARCA DE SÃO CARLOS

### 1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. OSVALDO CRISTIAN ERNESTO DE OLIVEIRA**, RG 45.909.996 e **IZAQUE APARECIDO MIGUEL**, RG 44.939.571 qualificados nos autos, foram denunciados como incursos nas penas do artigo 16, § único, inciso I, da Lei nº 10.826/03, c.c. o art. 29, do Código Penal, porque no dia 05 de dezembro de 2016, por volta das 19:30h, no interior da residência situada na rua Aparecida Basílio Camargo Silva nº 1, Jardim Gonzaga, nesta cidade, unidos pelo mesmo liame subjetivo, mantinham sob a guarda deles e ocultavam, o revólver de marca Doberman, calibre 32, com 5 munições intactas, com numeração suprimida, de uso permitido, arma esta que este último tinha adquirido há 8 meses, em desacordo com determinação legal e regulamentar(falta de registro no órgão competente). Segundo foi apurado, na ocasião, policiais militares receberam denúncia de que alguns dias antes, o denunciado Osvaldo tinha efetuado disparo de arma na via pública, motivo pelo qual foram até a casa deste, situada no endereço supra mencionado; na residência, em face da autorização da mãe de Osvaldo, os policiais entraram no interior da casa, onde estava este indiciado; no quarto de Osvaldo, sob o colchão de sua cama, os policiais militares encontraram a arma de fogo escondida e guardada pelos dois denunciados, estando municiada com 5 projéteis, ocasião em que Osvaldo foi preso em flagrante. Posteriormente, o denunciado Izaque compareceu na delegacia de polícia e disse que foi ele quem adquiriu o revólver apreendido, guardando-o e ocultando-o na casa do amigo Osvaldo, circunstâncias estas indicativas de que houve anuência deste. O réu Osvaldo foi preso em flagrante sendo concedida a liberdade provisória ao mesmo com imposição de medidas cautelares (página 70). Recebida a denúncia (página 73), os réus foram citados (páginas 91/92 e 93/94) e responderam a acusação através da Defensoria Pública (página 103/104). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foram ouvidas duas testemunhas de acusação e o réus foram interrogados. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela absolvição do réu Osvaldo e pela condenação de Izaque apenas no crime de guarda de munição. A Defesa insistiu na absolvição total dos réus. **É o relatório. DECIDO.** Policiais militares foram averiguar denúncia de disparo de arma de fogo e que o réu Osvaldo era o autor deste fato. Autorizados pela mãe deste acusado, encontraram sob o colchão no quarto do mesmo um revólver com cinco munições intactas. Este réu, quando ouvido no auto de prisão em flagrante, negou ser o proprietário da arma e que desconhecia a presença dela sob o colchão, acrescentando que tomou conhecimento que ela pertencia a seu conhecido Izaque. Este foi ouvido na mesma ocasião e assumiu que a arma era sua. Ambos reiteraram as afirmações antes feitas. De fato, diante do que foi produzido na instrução, não é possível condenar o réu Osvaldo. Izaque é namorado da irmã de Osvaldo e tinha liberdade na casa. As explicações que o mesmo forneceu no interrogatório de hoje se mostraram convincentes, de forma que a absolvição de Osvaldo se impõe. No que respeita à acusação feita a Izaque Aparecido Miguel, restou demonstrado que ele efetivamente guardou no local em que foi encontrado, o revólver com a devida munição. Mas não é possível responsabiliza-lo pela guarda irregular da arma, justamente porque a mesma não estava apta a efetuar disparos, como atesta o laudo pericial de fls. 38/39. Já no auto de apreensão foi descrito que o revólver estava em “péssimo estado de conservação”. Portanto, não tinha a arma condições de realizar disparos, ficando afastada, por conseguinte, a sua potencialidade lesiva. O Ministério Público insiste na responsabilização de Izaque pela guarda da munição que foi encontrada na arma. De fato, havia no revólver cinco cartuchos intactos, os quais foram testados e estavam aptos para os fins a que se destinavam, como revela o laudo mencionado no seu item “b”. A denúncia fez menção também às munições, de forma que o fato não é novo e também foi atribuído ao réu na peça inaugural. Assim não há necessidade de oferta de aditamento à denúncia, merecendo apenas mudar o enquadramento, porquanto o fato caracteriza o crime do artigo 12 da Lei 10826/03. Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE A DENÚNCIA para, de início, ABSOLVER o réu OSVALDO CRISTIAN ERNESTO DE OLIVEIRA, o que faço com fundamento no artigo**


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

**386, IV, do CPP. Em segundo lugar, DOU AO FATO IMPUTADO AO RÉU IZAQUE APARECIDO MIGUEL definição jurídica diversa, situando-o no artigo 12 da Lei 10826/03 e passo a fixar a pena ao réu.** Sendo tecnicamente primário e observando todos os elementos que formam os artigos 59 e 60 do Código Penal, bem como a existência da atenuante da confissão espontânea em seu favor, aplico-lhe desde logo a pena mínima, de um ano de detenção e dez dias-multa, no valor mínimo. Presentes os requisitos, substituo a pena restritiva de liberdade por uma pena restritiva de direito, de prestação de serviços à comunidade, pelo mesmo tempo. Condeno, pois, **IZAQUE APARECIDO MIGUEL** à pena de **um (1) ano de detenção e 10 (dez) dias-multa, no valor mínimo, substituída a restritiva de liberdade por uma pena restritiva de direito, de prestação de serviços à comunidade, pelo mesmo tempo**, por ter infringido **o artigo 12 da Lei 10826/03**. Em caso de reconversão à pena primitiva, **o regime será o aberto**. Deixo de responsabilizá-lo pelo pagamento da taxa judiciária por ser beneficiário da Justiça Gratuita. **Decreto desde já a perda da arma com o envio da mesma ao Exército para destruição**. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. **NADA MAIS**. Eu, Cássia Maria Mozaner Romano, Oficial Maior, digitei e subscrevi.

MM. Juiz(a):

Promotor(a):

Defensor(a):

Réus: